



**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**  
Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **REQUISIÇÃO DE COMPRAS N.º 32/2026**

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'a' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'a' do § 1º do art. 33.*

**1.1.** Aquisição de bandeiras do Brasil, do Estado do Paraná, do Município de Santa Helena e da República do Paraguai, destinadas ao Paço Municipal, ao Porto Internacional e às instituições municipais de ensino, bem como a demais departamentos vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'b' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'b' do § 1º do art. 33.*

##### **2.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação mostra-se necessária e imprescindível para assegurar o cumprimento dos deveres institucionais da Administração Pública Municipal relacionados à preservação, exposição adequada e respeito aos símbolos oficiais, bem como para garantir a observância das normas de cerimonial, protocolo e identidade institucional nos prédios públicos, unidades escolares e demais espaços oficiais sob responsabilidade do Município.

Nos termos do art. 13 da Constituição Federal, são símbolos da República Federativa do Brasil a Bandeira, o Hino, as Armas e o Selo Nacionais, cabendo ao Poder Público zelar por sua correta utilização e exposição. A Lei nº 5.700/1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, estabelece a obrigatoriedade do uso da Bandeira Nacional em repartições públicas e em locais de representação oficial, devendo esta ser mantida em condições adequadas de conservação, dignidade e respeito, vedada sua utilização quando em mau estado de apresentação.

De igual modo, as bandeiras do Estado do Paraná e do Município de Santa Helena constituem símbolos oficiais de representação política, administrativa e institucional, sendo amplamente utilizadas em prédios públicos, eventos oficiais, solenidades cívicas e atividades educacionais, especialmente no âmbito das instituições públicas de ensino, como forma de promoção da cidadania, da identidade local e do respeito aos entes federativos.

As bandeiras atualmente em uso encontram-se submetidas a condições climáticas severas, caracterizadas por exposição contínua ao sol, à chuva e a ventos intensos, em razão da altura de instalação e da localização dos prédios públicos e espaços institucionais. Tais fatores ocasionam desgaste acelerado do material, com rasgos, desbotamento e comprometimento da integridade estrutural, reduzindo significativamente sua vida útil e tornando inadequada a sua permanência em uso, sob pena de desrespeito aos símbolos oficiais e prejuízo à imagem institucional do Município.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19



No âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a necessidade da contratação decorre, ainda, da obrigatoriedade de utilização de bandeiras oficiais nas Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e demais unidades educacionais, especialmente em atividades pedagógicas, eventos cívicos e solenidades oficiais, em consonância com as diretrizes educacionais e os princípios da formação cidadã, razão pela qual se faz necessária a reposição e ampliação do quantitativo de bandeiras destinadas a essas instituições.

Adicionalmente, no que se refere à aquisição de bandeiras da República do Paraguai, a necessidade encontra fundamento no funcionamento da Área de Controle Integrado de Santa Helena/BR – Aduana Integrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, cuja gestão e manutenção das instalações competem ao país-sede. Nesse contexto, a adequada identificação visual e protocolar do espaço, com a exposição dos símbolos oficiais dos países envolvidos, constitui requisito indispensável para o cumprimento das normas administrativas, operacionais e de representação institucional em ambiente de cooperação internacional.



Registra-se que, embora o último processo de aquisição tenha sido realizado no final do exercício de 2024, verificou-se, na prática, que a vida útil média das bandeiras é significativamente reduzida,





## ESTADO DO PARANÁ

### MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

em razão das condições ambientais a que estão submetidas, o que torna necessária a reposição periódica para manutenção de padrões mínimos de apresentação, segurança e respeito aos símbolos oficiais.

Dessa forma, a presente contratação não decorre de ausência de planejamento ou de aquisição recente, mas de necessidade concreta, recorrente e devidamente justificada, relacionada à preservação do interesse público, à observância da legislação aplicável e à adequada representação institucional do Município, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade e motivação, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 2.2. DA LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação enquadra-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor total estimado da contratação se encontra abaixo do limite legal vigente para dispensa de licitação por valor, conforme decreto federal aplicável ao exercício corrente.

*“Art. 75. É dispensável a licitação: (...)*

*II – Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras (Vide Decreto nº 12.807/2025).*

Contudo, o valor previsto na Lei Federal é reajustado anualmente por meio de Decreto Federal. Para o exercício de 2026, o montante vigente foi estabelecido pelo Decreto Federal nº 12.807/2025, expedido em 29 de dezembro de 2025, que atualizou o valor dispositivo para **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea ‘c’ do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea ‘c’ do § 1º do art. 33.*

A solução adotada para atendimento da necessidade identificada consiste na aquisição direta de bandeiras oficiais, em quantitativos compatíveis com a demanda real da Administração, destinadas à reposição e à manutenção contínua dos símbolos institucionais nos prédios públicos, unidades educacionais e demais espaços oficiais sob responsabilidade do Município.

Tal solução revela-se a mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa, uma vez que o objeto se caracteriza como bem comum, padronizado, amplamente disponível no mercado e sem complexidade técnica, não demandando desenvolvimento de solução personalizada, contratação continuada ou adoção de modelo contratual mais complexo. A aquisição direta do bem, com especificações técnicas claras e objetivas, assegura o atendimento imediato da necessidade administrativa, com observância dos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

A opção pela aquisição periódica fundamenta-se no desgaste natural e acelerado das bandeiras decorrente de sua exposição contínua a intempéries, como chuva, vento e radiação solar, especialmente em locais de instalação elevados e externos, circunstância que reduz significativamente sua vida útil. Dessa forma, a reposição programada e compatível com a realidade de uso mostra-se indispensável para garantir que os símbolos oficiais permaneçam em condições adequadas de conservação, apresentação e dignidade, conforme exigido pela legislação e pelas normas de cerimonial e protocolo.

A solução proposta contempla, de maneira integrada, o atendimento às necessidades do Paço Municipal, das instituições municipais de ensino e da Área de Controle Integrado de Santa Helena/BR, assegurando uniformidade, padronização visual e adequada representação institucional nos diferentes





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

ambientes administrativos, educacionais e de cooperação internacional. No caso específico do Porto Internacional, a inclusão de bandeiras da República do Paraguai atende às exigências administrativas e protocolares decorrentes do funcionamento de estrutura binacional, sob responsabilidade do país sede.

Considerando o baixo valor estimado da contratação, a simplicidade do objeto, a disponibilidade do bem no mercado e a necessidade imediata de atendimento, a solução adotada encontra-se plenamente alinhada ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se proporcional, legal e suficiente para o alcance do interesse público, sem a imposição de ônus excessivo à Administração.

Dessa forma, a aquisição direta de bandeiras oficiais, nos termos propostos, constitui solução adequada para assegurar a continuidade das atividades institucionais, o respeito aos símbolos oficiais e a preservação da imagem e da identidade do Município, atendendo aos princípios que regem as contratações públicas e às exigências legais aplicáveis.

**4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

*Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'k' do § 1º do art. 33.*

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'i' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'i' do § 1º do art. 33.*

**4.1.** O valor estimado da contratação é de **22.297,45 (vinte e dois mil, duzentos e noventa e sete com quarenta e cinco centavos)**

**4.2.** As pesquisas de preços e os parâmetros utilizados para a formação do preço encontram-se no Mapa de Preço em anexo a este Termo de Referências.

ITEM	CATMAT *	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16330 (Aprox.)	Bandeira Oficial do Brasil, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmaltável, conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 5,15m de largura x 3,60m de altura, reforçada, para uso externo.	UN	5	<b>R\$ 790,00</b>	R\$ 3.950,00
2	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Estado do Paraná, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha	UN	5	<b>R\$ 790,00</b>	R\$ 3.950,00





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

		indesmalhavel, conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 5,15m de largura x 3,60m de altura, reforçada, para uso externo				
3	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Município de Santa Helena/PR, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhavel conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 5,15m de largura x 3,60m de altura, para uso externo.	UN	5	<b>R\$ 890,00</b>	R\$ 4.450,00
4	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Brasil, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhavel conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 1,93m x 1,35m, reforçada, para uso externo.	UN	07	<b>R\$ 130,00</b>	R\$ 910,00
5	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Município de Santa Helena/PR, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhavel conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo	UN	07	<b>R\$ 160,00</b>	R\$ 1.120,00





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

		1,93m x 1,35m, reforçada, para uso externo.				
6	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Estado do Paraná, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhavel conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 1,93m x 1,35m, reforçada, para uso externo.	UN	07	<b>R\$ 130,00</b>	R\$ 910,00
7	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Paraguai, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhavel conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 1,93m de largura x 1,35m de altura, reforçada, para uso externo.	UN	07	<b>R\$ 130,00</b>	R\$ 910,00
8	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Brasil, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhavel conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 0,90 x 1,28m, reforçada, para uso externo.	UN	17	<b>R\$ 90,00</b>	R\$ 1.530,00
9	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Estado do Paraná, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido	UN	14	<b>R\$ 90,00</b>	R\$ 1.260,00







**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

		Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhável conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 0,90 x 1,28m, reforçada, para uso externo.				
10	16330 (Aprox.)	Bandeira oficial do Município de Santa Helena/PR, estampada por processo impressão digital de alta definição confeccionada em tecido Duralon® 100% poliéster ou equivalente, malha indesmalhável conforme norma ABNT 16.286,16.287/2014/ 2019 com ilhoses de latão polido tarja esquerda, medindo 0,90 x 1,28m, reforçada, para uso externo.	UN	29	<b>R\$ 114,05</b>	R\$ 3.307,45
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 22.297,45</b>

**4.2.1.** O quantitativo dos itens será distribuído entre as Secretarias Municipais da seguinte forma:

- As bandeiras oficiais do Brasil, do Estado do Paraná e do Município de Santa Helena, medindo 5,15 m x 3,60 m, serão destinadas à Secretaria Municipal de Administração;
- As bandeiras oficiais do Brasil, do Estado do Paraná e do Município de Santa Helena, medindo 0,90 m x 1,28 m, serão destinadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- As bandeiras oficiais do Brasil, do Estado do Paraná, do Município de Santa Helena e da República do Paraguai, medindo 1,93 m x 1,35 m, serão destinadas ao Porto Internacional.

**5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'j' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'j' do § 1º do art. 33.*

**5.1.** A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:

**PPA** - Lei 3.374/2025 de 16/12/2025;

**LDO** – Lei 3.329 de 17/07/2025, alterada pela lei 3.367/2025 de 01/12/2025;

**LOA** – Lei 3.373/2025 de 15/12/2025;

**PCA** – Item nº 141 a 146 do Plano de Contratações Anual da Secretaria Municipal de Administração.

**5.2.** Serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

Recurso	
<b>Código Reduzido:</b>	64
<b>Órgão:</b>	3 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
<b>Unidade:</b>	3 - Central de Materiais e Suprimentos
<b>Ação:</b>	2021 - Atividades da Central de Materiais e Suprimentos





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

<b>Vínculo:</b>	505 - Royalties Tratado de Itaipú Binacional
<b>Elemento</b>	3339030000000000000 - Material de consumo
<b>Subelemento:</b>	3339030500000000000 - Bandeiras, flâmulas e insígnias
<b>Recurso</b>	
<b>Código Reduzido:</b>	137
<b>Órgão:</b>	05 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
<b>Unidade:</b>	6 - Assessoria, Coordenação e Manutenção Portuária
<b>Ação:</b>	2039 - Atividades da Central de Manutenção do Porto
<b>Vínculo:</b>	00505 Royalties Tratado de Itaipú Binacional
<b>Elemento</b>	3339030000000000000 - Material de consumo
<b>Subelemento:</b>	3339030500000000000 - Bandeiras, flâmulas e insígnias
<b>Recurso</b>	
<b>Código Reduzido:</b>	154
<b>Órgão:</b>	6 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
<b>Unidade:</b>	2 - Central de Materiais e Suprimentos
<b>Ação:</b>	2043 - Manutenção das Atividades da Central Administrativa da Educação
<b>Vínculo:</b>	505 - Royalties Tratado de Itaipú Binacional
<b>Elemento</b>	3339030000000000000 - Material de consumo
<b>Subelemento:</b>	3339030500000000000 - Bandeiras, flâmulas e insígnias

**6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'h' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'h' do § 1º do art. 33.*

**6.1. Critério de julgamento da proposta**

**6.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA** sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

**6.2. Forma de seleção**

**6.2.1.** As exigências de habilitação são as que seguem:

- a)** Ato constitutivo e alterações posteriores; Estatuto e Ata de Eleição; ou Contrato Social Consolidado;
- b)** Prova de Inscrição no Cadastro Municipal ou Alvará de Funcionamento da sede do licitante;
- c)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- d)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais), emitida pela Receita Federal;
- e)** Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede do licitante.
- g)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante.
- h)** Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- i)** Comprovante de Inscrição Cadastral, do estado da sede do licitante, ou documento que comprove a inscrição junto ao Estado sede do licitante.

**6.2.2.** Conforme disposto no inciso III do artigo 70 da Lei Federal nº 14.133/21, o licitante está dispensado da comprovação de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.







**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**6.2.3.** Após a fase de lances, o licitante mais bem classificado será acionado, por meio do sistema eletrônico, para que, no prazo de 02 (duas) horas, envie os documentos exigidos neste Termo de Referência;

**a)** Com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa, e em consonância com o princípio da razoabilidade, o Pregoeiro poderá conceder a prorrogação do prazo previsto no item 6.2.3, por no máximo mais 30 (trinta) minutos, desde que o licitante faça a solicitação dentro do prazo inicialmente concedido e por escrito (via CHAT DO COMPRAS.GOV)

**6.2.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**6.2.5.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

**a)** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'e' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'e' do § 1º do art. 33.*

**7.1.** O prazo para entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de compra/contrato.

**7.2.** A vigência do contrato será de mais 90 (noventa) dias, contados a partir da data final do prazo de execução do mesmo.

**7.4.** A entrega deverá ser feita no endereço no Departamento de Patrimônio do Município, situado na Rua Paraguai, 1522, Centro, Santa Helena/PR.

**7.5.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** São obrigações do **CONTRATANTE**:

**8.2.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**8.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**8.2.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital, da proposta e do contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**8.2.4.** Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**8.2.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**8.2.6.** Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital, seus anexos e no contrato;





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

- 8.2.7.** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;
- 8.2.8.** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 8.2.9.** Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 8.2.10.** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 8.2.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 8.3.** São obrigações da **CONTRATADA**:
- 8.3.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, bem como do contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
- 8.3.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90);
- 8.3.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.4.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.3.5.** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 8.3.6.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.3.7.** Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no SICAF, conforme legislação vigente;
- 8.3.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.3.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 8.3.9.1.** Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 8.3.9.2.** Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 8.3.9.3.** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133/21;
- 8.3.10.** Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.
- 8.3.11.** Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:
- 8.3.11.1.** Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**8.3.11.2.** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**8.3.11.3.** Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**8.3.11.4.** Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**8.3.12.** Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**8.3.12.1.** Apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**8.3.13.** Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade dos bens, obrigando-se a substituir aquele que apresentar falhas ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

**8.3.14.** No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital, o fornecedor deverá substituir aquele bem que estiver em desacordo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

**9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E REGRAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'f' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alíneas 'f' e 'i' do § 1º do art. 33.*

**9.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**9.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**9.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá, no prazo de 10 (dez) dias, por servidor ou comissão designada por autoridade competente, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**9.1.3.1.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**9.1.3.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.1.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.1.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**9.1.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. DA GESTÃO**

**9.2.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou termo aditivo.

**9.2.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**9.2.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**9.2.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **9.3. Constituem atribuições do FISCAL DO CONTRATO:**

**9.3.1.** Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**9.3.2.** Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**9.3.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**9.3.4.** Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**9.3.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**9.3.6.** Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedente a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

**9.3.7.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**9.3.8.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**9.3.9.** Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 20 do Decreto Municipal nº 92/2023.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**9.3.10.** Fica designado como Fiscal de Contrato a servidora **Carla Lucia Muller de Almeida**, [carla.almeida@santahelena.pr.gov.br](mailto:carla.almeida@santahelena.pr.gov.br), (45) 3268-8422 conforme disposto no Decreto Municipal nº 292/2025.

**9.4. Constituem atribuições do GESTOR DO CONTRATO:**

**9.4.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**9.4.2.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**9.4.3.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**9.4.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**9.4.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**10.4.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**10.4.7** Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 19 do Decreto Municipal nº 92/2023.

**10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DE PAGAMENTO E DE REAJUSTE**

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'g' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alíneas 'g' e 'o' do § 1º do art. 33.*

**10.1. Liquidação**

**10.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de verificação e ateste do fiscal e gestor de contrato e servidor e/ou Comissão de Recebimento Definitivo, prorrogáveis por igual período.

**10.1.2.** Deverá ser verificado se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**10.1.4.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Relatório circunstanciado do Fiscal e do Gestor do Contrato atestando o recebimento dos itens, conforme solicitado, anexando ao menos 02 fotos







**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

- b) Comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**10.1.5.** As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município De Santa Helena, CNPJ nº 76.206.457/0001-19, Rua Paraguai nº 1401, Centro, Santa Helena/PR, constando número da licitação, do contrato ou ordem de compra e do Convênio, se for o caso.

**10.1.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**10.1.6.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**10.1.6.2.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.1.6.3.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**10.1.6.4.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

a) Será permitido o pagamento sem a devida regularidade uma única vez durante a execução contratual.

**10.1.7.** O município de Santa Helena poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**10.1.7.1** No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no item 11.1.7.

**10.1.7.2.** O contido no item 10.1.7 e 10.1.7.1 será objeto de investigação através do competente processo administrativo;

**10.1.8.** Após o ateste do fiscal e gestor do contrato, os documentos elencados deverão ser enviados para a Secretaria Municipal de Finanças para fins de liquidação, a qual deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias.

**10.2. Prazo de pagamento**

**10.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**10.2.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:







**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### **10.3. Forma de pagamento**

**10.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada ou por meio de boleto em favor da contratada.

**10.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.3.3.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**10.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **10.4. DO REAJUSTAMENTO.**

**10.4.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001 e Decreto Municipal nº 98/2023, utilizando-se o índice INPC acumulado dos últimos 12 meses.

**10.4.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**10.4.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

**10.4.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**10.4.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**10.4.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**10.4.5.** No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto nos artigos 8º a 14 do Decreto Municipal nº 98/2023.

## **11. SUBCONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133/21, artigo 122 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 34.*

**11.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

*Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'm' do § 1º do art. 33.*

**12.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)

## **13. SUSTENTABILIDADE**

*Lei Federal nº 14.133/21, artigo 5º e inciso IV do art. 11 e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'n' do § 1º do art. 33 e inciso III do art. 34.*

**13.1.** Para este item não será aplicado critérios de sustentabilidade.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

*Lei Federal nº 14.133/21, artigo 155 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 34.*

**14.1.** A multa poderá ser aplicada em conjunto com todas as demais sanções.

**14.2. Aplicação de advertência acrescida de multa:**

Descumprimento	Aplicação
Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a Lei quando não se justifica aplicação de sanção mais grave	Multa de 1% do valor do contrato + advertência
Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave	Multa de 3% do valor do contrato + advertência
Atraso na entrega de até 30 dias	Multa de mora diária de até 0,5%, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso

**14.3.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa deverá observar o disposto no art. 62 do Decreto Municipal nº 98/2023.

**14.4. Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:**

Descumprimento	Aplicação
Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração.	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar
Inexecução total do contrato.	Multa de 30% do valor do contrato + impedimento de licitar
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa de 20% do valor do contrato + impedimento de licitar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Multa de 15% do valor do contrato + impedimento de licitar

**14.5. Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:**

Descumprimento	Aplicação
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa de 20% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013	Multa de 30% do valor do contrato + declaração de inidoneidade





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**14.6.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá observar o disposto no art. 63 e seguintes do Decreto Municipal nº 98/2023.

**14.7.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013.

**14.8.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná, conforme art. 84 do Decreto Municipal nº 98/2023.

**14.9.** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal

**15. ALOCAÇÃO DE RISCOS**

*Lei Federal nº 14.133/21, artigo 103 e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea inciso VII do art. 35.*

Risco 1	<b>Risco</b>	Atraso na contratação		
	<b>Probabilidade</b>	Alta	<b>Impacto</b>	Alto
	<b>Danos</b>			
	1. Permanência de bandeiras em estado inadequado de conservação, 2. Contrariar normas de cerimonial e protocolo oficial.			
	<b>Ações preventivas</b>		<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
	Análise criteriosa das soluções disponíveis no mercado		Área demandante	Por ocasião da demanda
	<b>Ações de mitigação ou contingência</b>		<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
	Alinhamento dos requisitos da contratação.		Área demandante	Por ocasião da demanda

Risco 2	<b>Risco</b>	Descumprimento contratual grave ou inexecução		
	<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Impacto</b>	Alto
	<b>Danos</b>			
	1. Não efetivação da entrega do produto pela empresa contratada; 2. Não cumprimento das especificações do produto;			
	<b>Ações preventivas</b>		<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
	Controle rigoroso de prazos de entrega, com aplicação de notificações sempre que houver pequenos descumprimentos.		Fiscalização da contratação	Por ocasião da entrega
	Previsão clara e objetiva de sanções a serem aplicadas no caso de descumprimento parcial ou total		Área demandante	Por ocasião do TR
	<b>Ações de mitigação ou contingência</b>		<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
	Aplicação das sanções previstas em Edital.		Fiscal e Gestor de contrato	Durante a vigência do Contrato





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

--	--	--	--

Santa Helena, 23 de fevereiro de 2026.

**TALITA AMÉLIA DA SILVA**

Gestora de Contratos – Secretaria Municipal de Administração

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO O ENCAMINHAMENTO PARA  
REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO E APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

**EDRA MAXINE MARASKIN**

Secretária Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/02/2026 16:16 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p9157a99c06680>

